

São Paulo, 02 de março de 2018.

O Caso Volkswagen: defendemos negociações públicas e transparentes

Preocupados com o rumo que pode tomar o pedido de reparação pelas violações cometidas durante a ditadura civil - militar pela Volkswagen, nos posicionamos.

A representação que denunciou a Volkswagen ao Ministério Público Federal (MPF) por graves violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar foi assinada pelas 10 Centrais Sindicais brasileiras, por personalidades jurídicas e políticas, por presidentes de Comissões da Verdade municipais e da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, além dos próprios trabalhadores atingidos. A denúncia gerou um inquérito civil público (IC 1.34.001.006706/2015-26), que está em fase de conclusão.

A empresa, desde o início do Inquérito, tem fugido de suas responsabilidades. Protela, mente e entrega documentos fragmentados à Procuradoria. Todas as movimentações da Volkswagen passam por fora do Ministério Público Federal, abordando trabalhadores individualmente e procurando gerar notícias a seu favor na grande imprensa.

Em 2015 (1º de novembro, no *Estado de S. Paulo*), a empresa anunciou a disposição de "reparar" sua cooperação com a ditadura com a construção de um *memorial*. Na verdade, nunca encaminhou uma proposta nesse sentido aos trabalhadores ou ao MPF.

Em 14 de dezembro de 2017, a Volkswagen fez uma cerimônia na fábrica de São Bernardo do Campo para lançar, com pompa, o relatório produzido pelo historiador contratado, Sr. Christopher Kopper. Tentou convencer os trabalhadores vitimados a aparecerem de mãos dadas com os atuais dirigentes da empresa nesse evento *midiático*. Paralelamente, os executivos da empresa pressionavam o grupo de atingidos para a elaboração de uma lista de vitimados, tentando delimitar o alcance de possíveis indenizações.

O Grupo dos trabalhadores vitimados pela Volkswagen considerou que a presença nessa festa apenas serviria para legitimar as iniciativas da empresa. Por isso, não compareceu ao evento e fez uma manifestação de protesto na porta da fábrica. O ato teve bastante repercussão. Mesmo jornais conservadores publicaram matérias mostrando a recusa dos trabalhadores. A imprensa internacional também não repercutiu a versão da Volkswagen.

Com o relatório lançado no evento, a empresa criou uma versão própria da história. Entre outras inverdades, a Volkswagen afirmou que sua cooperação com a ditadura ocorreu apenas entre 1969 e 1979, e que a responsabilidade pela repressão foi de uma só pessoa, o Coronel

Adhemar Rudge, sem conhecimento da direção da Volkswagen. A ridícula declaração da empresa pedindo desculpas por cooperar com a ditadura, apesar de lida no Jornal Nacional da Rede Globo, foi vazia e teve pouca repercussão. Também colocaram uma placa genérica na fábrica, no mesmo sentido vazio da nota de desculpas.

É muito estranho que o relatório não contenha nenhum documento do Departamento de Segurança e nem o nome de responsáveis por vigilância, prisões e coerções dentro e fora da fábrica, fatos abundantes no Inquérito. A peritagem contratada pelo MPF ao pesquisador Guaracy Mingardi atesta a veracidade da documentação apresentada na representação e acrescenta novos elementos de prova contra a Volkswagen.

O que há de novo é a velha tática de dividir para reinar

A nova manobra da Volkswagen consiste em propor um acordo com uma associação que seria criada pelos vitimados. O argumento é que, se a questão for para o Judiciário, demorará muitos anos até ser resolvida. A empresa sabe que o Inquérito está em fase de conclusão e que ela será chamada para iniciar um processo de negociação formal, no âmbito do Ministério Público Federal e com a participação das Centrais Sindicais e de todos que assinaram a representação.

Está na moda as empresas proporem o que chamam de negociação direta, passando por cima das entidades sindicais, das Centrais e da legislação. Trabalham com as necessidades e os sofrimentos das pessoas, com o tempo longo de resolução dos problemas e com a ineficiência do Judiciário, acenando com soluções milagrosas e rebaixando as possíveis indenizações. A Volkswagen tentará jogar com a opinião pública dizendo que resolveu a questão diretamente com os trabalhadores envolvidos.

O que propomos

Exigimos que a Volkswagen **abra seus arquivos, especialmente de seu Departamento de Segurança Industrial** – as listas de pessoas diretamente atingidas e o *modus operandi* da ação conjunta da empresa com a repressão ditatorial estão nesses documentos – e que se apresente para **negociar no âmbito do MPF com transparência e envolvendo as entidades e pessoas signatárias da representação.**

É legítimo que os trabalhadores se organizem da maneira que quiserem. É importante que isso seja parte de uma estratégia que busque favorecer a responsabilização efetiva da empresa por sua participação na repressão.

Ao participar da conspiração para o golpe de 1964, fornecer apoio material às forças de segurança, repassar informações de trabalhadores e suas famílias e montar um aparelho privado de vigilância e repressão para além dos limites de suas fábricas, a Volkswagen não atentou apenas contra seus trabalhadores, mas contra toda a sociedade. Os crimes da empresa são de lesa humanidade. Daí a importância de todos os atos ocorrerem em uma esfera formal, com reconhecimento público, garantindo a reparação coletiva e também as compensações individuais pelas violações cometidas.

Sabemos que o desenrolar deste caso será determinante para a investigação e responsabilização de outras empresas. Portanto, a vitória dos trabalhadores no *Caso Volkswagen* será uma conquista fundamental para toda a classe trabalhadora e para o avanço *da justiça e da*

r

e

p

a

r

a

ç

ã

o

d

o

s

c

r

i

m

e

s

c

o

m

e

t

i

d

o

s

n

a

d

i

t

a

d

u

r